



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 245/2023  
Data: 02/02/2023 - Horário: 11:22  
Legislativo

**PROJETO DE LEI Nº        /2023**

**DISPÕE SOBRE A IMPOSIÇÃO DE MULTA  
ÀS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE  
TRANSPORTE PÚBLICO EM ALAGOAS,  
QUE APRESENTEM VEÍCULOS COM A  
PLATAFORMA ELEVATÓRIA DE  
EMBARQUE DEFEITUOSA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado de Alagoas, a proibição de circulação de ônibus e micro-ônibus destinados ao transporte público com plataforma elevatória de embarque defeituosa.

**Art. 2º** Em caso de descumprimento do art. 1º desta Lei, deverá ser imputada às empresas que infringirem, multa de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 por veículo.

§ 1º Para os casos de provas audiovisuais e congêneres que registrem a infração contida no art. 1º desta Lei não há necessidade de flagrância por parte das autoridades fiscalizadoras, sendo a multa aplicada sumariamente ao depósito virtual da prova.

§ 2º O valor disposto no art. 2º desta Lei será aplicado em dobro em caso de reincidência.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões, 01 de fevereiro de 2023.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

---

**JUSTIFICATIVA**

A acessibilidade é um direito garantido à toda pessoa com deficiência, possibilitando a sua inclusão social. Contudo, na prática as pessoas com deficiência se deparam com inúmeros obstáculos para a prática de suas atividades cotidianas, sendo no transporte público um dos principais problemas.

De acordo com a pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros, que investiga características municipais com dados fornecidos por integrantes do Poder Público em todo o País, cerca de 88% dos municípios que têm transporte por ônibus não cumprem a Lei da Acessibilidade, de 2000. A legislação determina que toda a frota esteja adaptada para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualmente, atender às necessidades especiais desse público é um dever das companhias de viação, que devem proporcionar acessibilidade. Viabilizar essa mobilidade é garantir os direitos das pessoas em se locomover e, além disso, permitir que conheçam novos lugares, seja para turismo, lazer ou necessidade.

Dar maior celeridade e eficiência a um serviço público tão importante à dignidade da Pessoa Humana quanto é o serviço de mobilidade urbana, como responsabilidade de todos os Entes Federativos, e em especial ao poder público Estadual em seu aspecto residual com base no artigo 25, § 1º, da Constituição Federal.

A Resolução nº 3.871/2012, estabelecida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), garante a acessibilidade como um direito dos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida que usam o transporte rodoviário.



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

---

Ante o exposto, buscando a efetividade da inclusão nos transportes públicos no Estado de Alagoas, apresentamos o referido projeto, solicitando o apoio de todos os parlamentares para aprovação da matéria.

**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL